

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.998 - RS (2019/0345090-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : COMPANHIA NOVOSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADOS : FELIPE SARAIVA RUSSOWSKY - RS0057020
EDUARDO DA SILVA WINTER - RS0057052
LAURA ZAMIN SALVADÉ - RS0093597
AGRAVADO : VITORIA PRODUCAO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : IVETE ELUPE KRUG - RS022067

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACORDO NÃO HOMOLOGADO.

As partes pretendem a homologação de acordo que condiciona a sua validade à eventual venda de bem por alienação particular, requerendo a sua revogação em caso de descumprimento, o que não merece acolhimento. Eventual inadimplemento acarreta a execução do título, e não sua revogação.

NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 100 - 103, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, violação aos artigos 6º, 190 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a nulidade do acórdão, por omissão, destacando que: "o acórdão atacado violou o art. 1.022 do Código de Processo Civil, haja vista que a recorrente interpôs embargos de declaração com a finalidade de prequestionamento, com fundamento no verbete n.º 211 da Súmula do STJ, para eventual interposição de Recurso Especial, limitando-se o acórdão a declarar que o acórdão não contém omissões, contradições ou obscuridades, e que os embargos declaratórios não se encaixavam em nenhuma das hipóteses legais" (e-STJ, fl. 111).

Defende que, "ao entender pela inviabilidade de homologação do ajuste firmado entre as partes – plenamente capazes e sobre direito disponível, o juízo foi totalmente de encontro à sistemática colaborativa adotada pelo novo Código de Processo Civil" (e-STJ, fl. 113).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 174 - 181), pugnando o não provimento do recurso, bem como, destacando que o acordo ao qual a parte recorrente pretende imprimir validade, teria prazo estipulado, que já se esgotou, sendo inóqua a interposição do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 184 - 190, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão à agravante.

Inicialmente, a parte alega a nulidade do acórdão por omissão, todavia não aponta em que consiste a omissão da Corte local, destacando apenas que o acórdão seria nulo por rejeitar os embargos de declaração, que foram opostos com o fim de prequestionar a matéria, sem delimitar a suposta matéria sobre a qual pretenderia conferir o necessário prequestionamento. Nesse contexto, verifica-se nítida a deficiência de fundamentação da parte no ponto, sendo imperiosa a aplicação da Súmula 284/STF.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. DEPÓSITOS JUDICIAIS. JUROS. PRESCRIÇÃO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PELA CORREÇÃO. SÚMULA N. 179/STJ. HONORÁRIOS. REVISÃO. SÚMULA N. 07/STJ.

1. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356/STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

2. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.
3. Não há prescrição do direito à restituição atualizada de depósito judicial, incluindo-se os juros e os expurgos inflacionários, se o contrato permanece em vigor até o levantamento da importância.
4. Realizado o depósito judicial, a correção monetária e os juros são de responsabilidade da instituição financeira onde o depósito foi efetuado. Entendimento consolidado pela Súmula n. 179/STJ.
5. A análise da questão relativa à fixação de honorários advocatícios por juízo de equidade, salvo se excessivos ou ínfimos, não pode ser revista na instância especial, pois envolve reexame de circunstâncias fáticas que delimitam a adoção dos critérios previstos nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC. Incidência da Súmula n. 7/STJ.
6. Agravo regimental provido para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.
(Quarta Turma, AgRg no Ag 1.304.256/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, unânime, DJe de 30.6.2011)

Quanto à pretendida homologação do acordo em comento, a Corte local registrou que (e-STJ, fl. 84):

Ainda que se compreenda o intuito do novo regramento processual com o dispositivo legal acima referido, o fato é que, no caso concreto, de forma indevida, a validade do acordo, que agora pretendem as partes ver homologado, está condicionada à eventual venda de bem por alienação particular (IX – Em não sendo efetivada a alienação particular no prazo acima estabelecido, fica revogado o valor de avaliação acima estipulado e o acordo ora ajustado.), o que não merece acolhimento.

Sabe-se que depois de homologado, o acordo surte efeitos entre as partes, sendo indevida a sua revogação. **No caso de descumprimento por qualquer uma das partes, possível a execução da composição, e não a revogação pretendida entre os litigantes.**

Assim, merece ser mantida a decisão agravada.

Conforme se verifica, em especial da passagem em destaque, do trecho do acórdão acima reproduzido, a Corte local rejeitou a pretensão de homologação do acordo

firmado por concluir que suas cláusulas contrariam as regras processuais de regência, no caso de descumprimento da avença, por não permitir a execução da composição. Respectivo fundamento não foi impugnado pela parte agravante nas razões do recurso especial, que se limitou a enfatizar o instituto da autonomia das partes, sem se referir à ilegalidade apontada pela Corte de origem. Respectiva circunstância atrai a aplicação da Súmula 283/STF.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora